



TERRITÓRIOS POSSÍVEIS PARA UMA PEDAGOGIA SIGNIFICATIVA: O CASO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Possible territories for a meaningful pedagogy: the case of heritage education

Territorios posibles para una pedagogia significativa: el caso de la educación patrimonial

Fernando Souto Dias Neto¹
Carine Medianeira Buss Flores Dias²

Resumo: Com o passar dos anos, observou-se a emergência de territórios não apenas pela divisão político geográfica, mas de territórios culturais, étnicos, que acabaram por ser diferenciados/segregados/rivalizados entre eles na nossa sociedade. Antigas teorias eurocêntricas viam no século passado a necessidade de explicar fatores das problemáticas sociais, econômicas e culturais. Logo, o que temos hoje é a possibilidade de propor novas veredas que abram caminhos para o diálogo entre essa diversidade. Dessa forma, faz-se necessário conjugar, como uma pedagogia – que aqui denominamos do “andarilho” –, que possa dialogar com essas partes, que muitas vezes são postas à borda das relações sociais. Para tal, entende-se a cidade não somente como lugar geográfico e político, mas sim um campo de trocas sociais e relações culturais. Ainda nessa trilha, consideramos os estudos culturais para que possamos entender a cultura e a identidade de forma que dialogue com os sujeitos, desde seus símbolos, valores, aos sentidos que atribuem em suas jornadas e trajetórias. Entende-se, diante disso, a possibilidade de estabelecer pontes entre essas múltiplas e plurais identidades, assim como as próprias culturas vêm a conversar entre si e com as outras, construindo relações sociais na busca pelo objetivo comum, ou seja, a escuta e o diálogo dentro da sociedade.

Palavras-chave: Educação. História. Identidade. Memória. Patrimônio.

Abstract: Over the years, the emergence of territories has been observed, not only by the geographical political division, but of cultural, ethnic, and even being differentiated/segregated/rivaled among them in our society. Ancient Eurocentric theories saw, in the last century, the need to explain factors of social, economic, and cultural problems. Therefore, what we have today is the possibility of proposing new paths that open paths for dialogue between this diversity. Thus, it is necessary to conjugate, as a pedagogy – which we here call the "wanderer" – that can dialogue with these parts, which are often placed at the

¹Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/DS. Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: fernando.neto@acad.ufsm.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1611737446742108>; Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6552-0854>.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, professora da rede municipal de Itaara - RS, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: carine_m.b.f@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4321936207497054>; Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0006-4599-9948>.

edge of social relations. To this end, the city is understood not only as a geographical and political place, but rather as a field of social exchanges and cultural relations. Still in this track, we consider cultural studies, so that we can understand culture and identity in a way that dialogues with the subjects, from their symbols, values, to the meanings they attribute in their journeys and trajectories. It is understood, therefore, the possibility of establishing bridges between these multiple and plural identities, just as the cultures themselves come to talk among themselves and with others, building social relations in the search for the common goal, that is, listening and dialogue within society.

Keywords: Education. History. Identity. Memory. Patrimony.

Resumen: Con el paso de los años, se observo el surgimiento de territorios, no sólo por la división política y geográfica, sino tambien por territórios culturais, étnicos e incluso, siendo diferenciados/segregados/rivalizados entre siensociedad. Las Viejas teorías eurocéntricas vieron en el siglo pasado, la necesidad de explicar factores de problemas sociales, económicos e incluso culturales. Entonces, lo que tenemos hoy es la posibilidad de proponer nuevos caminos para un buen diálogo, entre esa diversidad. De esa forma, se conjuga una pedagogía – a la llamamos “caminante” – para dialogar con esas partes, que muchas veces se sitúan cerca de las relaciones sociales. Para ello, la ciudad se entiende no solo como un lugar geográfico y armentam, sino como un campo de intercambio social y de relaciones culturales. Aun en ese camino, tras los estudios culturales, para que podamos comprender la cultura, la identidad de una manera que dialoga con los sujetos, desde sus símbolos, valores y significados que atribuyen sus recorridos y trayectorias. Se entiende que la posibilidad de establecer un diálogo entre esas identidades múltiples y plurales, y así como las propias culturas llegan a dialogar entre sí y con los demás, establecer relaciones sociales sin la ausencia del objetivo común, es decir, la escucha y el diálogo en el interior de la sociedad.

Palavras llave: Educação. História. Identidade. Memória. Patrimônio.

Considerações iniciais

O trabalho parte da ideia de que o patrimônio histórico e cultural passa por um campo de disputas, tanto a partir de sua emergência quanto de sua visibilidade, o que, por consequência, remete à sua própria existência e materialidade. Para isso, os autores unem esforços para demonstrar o diálogo entre alguns teóricos no que diz respeito aos elementos que compõem o patrimônio, bem como o estado em que a cultura se configura, possibilitando, assim, formas de se discutir, educar para entender, coexistir, e, especialmente, dialogar dentro do mesmo espaço.

Acredita-se que esse diálogo possa ser construído através da educação patrimonial, ou seja, a partir de uma perspectiva em que o patrimônio possa passar de uma espécie de campo de disputas e rivalizações para um local de troca. Tal movimento parte do pressuposto que é necessário uma apropriação de elementos das múltiplas e plurais culturas existentes, sobre o qual se admite a possibilidade de um território que tenha uma diversidade cultural, em que todos possam transmitir saberes para serem compartilhados uns com os outros.

As veredas que se abrem buscam subverter esses espaços de disputa, em que determinados campos e lugares passam a ser historicamente hegemônicos por parte de alguns grupos, elementos, sujeitos que se impõem à força. Não admitir que haja o apagamento de culturas e suas práticas nos movem com o objetivo de entender que a nossa cultura, seja ela regional ou nacional, veio a se configurar a partir de um vasto campo étnico.

Com a imersão na trajetória dos autores enquanto educadores, pesquisadores e sujeitos atentos aos processos sociais, bem como com as preocupações centradas nas identidades – as ditas subalternizadas por processos subalternizantes –, conjugamos possibilidades de se pensar novos olhares e vieses para análises de espaços de inserção das populações.

Dessa maneira, elencamos a temática da identidade como forma de forjar territorialidades, entendendo o não descolamento das questões relativas ao patrimônio e à memória enquanto elementos que venham a educar os sujeitos a proverem a existência das mais variadas e múltiplas manifestações culturais. Diante da problemática, na esteira da nossa área de ensino, perguntamo-nos: até que ponto a sociedade permite e promove a interação dos seus espaços enquanto formadores dessas subjetividades e identidades para uma inserção nesses territórios? Assim, desdobramos a questão norteadora, objetivando dar visibilidade ao apagamento que sofrem algumas matrizes, sujeitos e grupos através de um silenciamento, que acaba pondo à margem determinados segmentos sociais.

A fim de atingirmos nosso de raciocínio, procuramos desconstruir modelos engessados que vêm pré-fabricados, demonstrando como ocorre a dominação por parte de alguns grupos, que, por sua vez, enunciam determinadas culturas enquanto hegemônicas. Compreendemos, diante dessa conjuntura, que é possível uma discussão sobre isso na educação patrimonial, pois vemos tal postura como uma alternativa para pensar a importância das diferentes etnias e grupos sociais, os quais compõem nossos territórios; para além, buscamos discutir e almejamos que haja a possibilidade do trânsito por esses espaços, que são políticos e também geográficos.

A identidade enquanto negociação: a mescla e transformação da cultura pelo hibridismo

Entendemos a sociedade como um elemento de massa. Com efeito, compreendemos que, a partir dela, os sujeitos identificam-se uns com os outros, não apenas constroem a si mesmos a partir dela. A construção da identidade é o que torna essa relação referente ao pertencimento, ou seja, diz respeito ao que os grupos sociais compartilham. Para isso, segundo Jöel Candau (2011), entendemos que:

Se admitimos que os seres humanos não são “indivíduos” atomizados, “criando suas identidades e perseguindo seus objetivos independentemente uns dos outros”, reconhecemos ao mesmo tempo que a sociedade existe. É necessário então supor que os sujeitos são capazes de se comunicar entre eles e acessar, assim, um “compartilhamento mínimo do trabalho de produção de significações” (CANDAU, 2011, p. 31).

Dessa forma, tomamos os sujeitos enquanto frutos de um processo de subjetividade, a partir de sua inserção social, no coletivo, e não indivíduo em seu sentido restrito (compreendido a partir de sua individualidade), que compartilham, portanto, saberes culturais e patrimoniais. Tais formas de compartilhamento remetem ao campo dos saberes históricos, passados de geração em geração; até mesmo o saber fazer, também considerado um elemento de patrimônio e memória. A partir da materialidade do saber fazer ou, inclusive, o seu modo, configurando a imaterialidade, entende-se a necessidade de se preservar tais elementos, pois são constitutivos da existência e experiência da humanidade, com efeito, de suas populações, culturas, imaginários e modos de civilidade.

A materialidade do visível e a corporificação desses valores, por sua vez, aludem ao processo que vivenciamos no dia a dia ao transitarmos pelas cidades: fenômenos observáveis através da arquitetura, do urbanismo, desses espaços que nos mostram modos de se fazer, e, ao mesmo tempo, que são testemunhos da história, pois, conforme Françoise Choay (2017):

Baseado no estudo dos monumentos históricos, um novo corpo de saber está, pois, em vias de se constituir. Além disso, ele é alimentado e muitas vezes orientado pela reflexão sobre a arte, que se desenvolve na esteira da Crítica do juízo. Já salientei a distinção operada no Renascimento entre valor informativo e valor hedônico das antiguidades que, num caso, dirige-se à razão historiadora e, no outro, à sensibilidade estética (CHOAY, 2017, p. 130).

A respeito das experiências vivenciadas, seja por essa partilha do sensível ou por uma experimentação individual, a cultura em si, enquanto extratora de significados, logo remete a um jogo de significações para o coletivo ou ao indivíduo. Para atingir tal ápice, alude às

memórias, através de molduras com o fechamento sobre si, ou, ainda, expandidas, de maneira compartilhada entre os sujeitos. Conforme Raymond Williams (2007), trazem uma forma de vivenciar e uma nova forma de interação com esses espaços, dando

uma ênfase na atividade sensorial subjetiva e na criatividade humana especializada da arte, que se tornou dominante nesses campos e herdou a palavra-título da obra, embora não tivesse sido traduzido e sua circulação fosse limitada. Kant também considerava a beleza como um fenômeno essencial e exclusivamente sensorial, embora não tivesse sido traduzido e sua circulação fosse limitada. Kant também considerava a beleza como um fenômeno essencial e exclusivamente sensorial, embora protestasse contra o uso de Baumgarten e definisse a estética no sentido grego original, mais amplo, de ciência das “condições da percepção sensorial” (WILLIAMS, 2007, p. 155).

Ainda sobre essa produção daquilo que compreendemos enquanto cultura, que é o que nos marca enquanto humanidade, e o respectivo caráter de civilidade, entendemos que ela comumente marca um período histórico, remetendo a características produzidas pelas populações, comunidades, nações. São os traços particulares, peculiares, singulares, que abrem um leque para enunciar os traços identitários de uma etnia. Conforme Santos (1997),

As preocupações com cultura surgiram assim associadas tanto ao progresso da sociedade e do conhecimento quanto a novas formas de dominação. Notem que o conhecimento não é só o conteúdo básico das concepções da cultura; as próprias preocupações com cultura são instrumentos de conhecimento, respondem à necessidade de conhecimento da sociedade, as quais se desenvolveram claramente associadas com relações de poder (SANTOS, 1997, p. 81).

Como se vê, as culturas tensionam e entrelaçam-se, como consequência, transformam espaços de existência, possibilitam o diálogo, a própria troca que compõe essa diversidade, enfim, em um campo de disputas, em jogos de poder ou através de processos de apagamentos, nos quais se determinam o que pode ou não ser enunciado enquanto cultura. Tais delineamentos acabam refletindo no patrimônio, este enquanto uma materialidade dessas veredas deixadas pelos grupos sociais como marcadores de territorialidades. O que se observa por essa perspectiva, para Nara John (2021),

Nesse sentido, a palavra patrimônio cultural está relacionada a um bem que pertence ao paterno, tão valioso que justifica sua herança. Por que alguns bens seriam considerados tão valiosos assim? Certamente, porque neles

estão inculcadas a memória e a identidade de quem o deixa e de quem o herda. Dessa forma, ao passarem seus bens memoriais e identitários como legado a outra geração, as pessoas podem manter-se como uma representação do que as caracterizam, mantendo aberto um canal de comunicação entre elas. Nesse sentido, justificar-se-ia a necessidade de sua preservação (JOHN, 2021, p. 23).

Vivenciamos múltiplas realidades, porém, em sua grande maioria, é recorrente que se tenha o culto e a preservação de determinados patrimônios culturais, os quais reverberam valores de determinados estratos sociais. A visibilidade sob a qual estão respaldados está amparada em dispositivos de poder que garantem sua legitimidade, seus discursos e importância – ou ao menos tentam e objetivam isso –, por fim, interessam a grupos que controlam estruturas de poder, principalmente, de governo, e as populações que atendem. Riegl (2014, p. 63), no entanto, leva-nos a pensar a quem interessa os patrimônios culturais, assim como seu respectivo culto, afinal, é a partir deles que interagimos nos mais diferentes espaços, criando atmosferas urbanas, portanto:

O culto do valor histórico – contraposto ao culto do valor de antiguidade, que avalia o passado pelo próprio tempo –, mostrou a tendência de abstrair do passado um momento de evolução histórica, colocando-o diante de nossos olhos como se pertencesse ao presente. O valor intencional da comemoração tem esse objetivo desde o início, ou seja, o objetivo de, desde a ereção do monumento passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo.

O patrimônio, por sua vez, passa por um processo de negociação, no qual tais elementos identitários se cruzam, entrelaçam e possibilitam que novas culturas sejam forjadas, bem como a produção de novos sujeitos. Isso, de certa forma, vem a compor a identidade de um grupo, que diz, por sua vez, muito sobre essa mescla de traços que carregam os componentes de determinado território. O processo que demonstra esse movimento passa a ser entendido como uma negociação. Conforme Peter Burke (2003, p. 48),

O conceito de negociação em particular se tornou cada vez mais popular em estudos culturais em vários contextos [...] para analisar o diálogo entre dois sistemas intelectuais, o da elite e o popular, por exemplo. É frequentemente empregado em análises de etnicidade porque expressa consciência da multiplicidade e da fluidez da identidade e o modo como ela pode ser modificada ou pelo menos apresentada de diferentes modos em diferentes situações (BURKE, 2022, p. 48).

As questões relativas ao patrimônio se aprofundam no que se refere ao consumo desses elementos, que, muitas vezes, passam por um ato inconsciente, ou seja, o chamado Terceiro Mundo, no qual ocorrem processos de colonização, apropriação, e, como consequência, o hibridismo, uma mistura complexa de relações que forja tais identidades que vêm a ser visitadas e até mesmo experienciadas nessas territorialidades. Conforme Néstor Garcia Canclini (2019, p. 140):

Para não limitar a questão do consumo cultural ao registro empirista dos gostos e opiniões do público, é preciso analisá-lo em relação a um problema central da modernidade: o da hegemonia. Como construir sociedades unificadas e coerentes em que a continuidade e as mudanças não sejam impostas, mas produto de um consenso?

No entanto, faz-se necessário buscar espaços, mesmo que em trânsito, que promovam uma educação acerca da conscientização, tolerância, e, acima de tudo, promova a (co)existência de elementos pluriculturais. As culturas se mostram como um espaço de troca, constituem, ainda, parte do espaço em que estão inseridas, seja na sua materialidade ou na imaterialidade. Presenciamos seus produtos culturais, a forma como se apresentam e, muitas vezes, o que está por trás disso são os sujeitos e seus saberes empregados na atividade de elaborar determinados itens.

Conforme abrimos os conceitos através de autores consolidados, especialmente nos estudos culturais, e suas formas de enunciar as ideias, é necessário inserirmos no debate outros olhares, para que seja delimitada a discussão e tragam novas questões para o debate. Desdobra-se, assim, a compreensão sobre o olhar do outro por um viés das múltiplas e plurais posições ocupadas na sociedade.

Desindividualização da identidade: contemplando o olhar e a cultura do outro

Desindividualizar o patrimônio, assim como transformar a cultura no espaço de trânsito, abre a vereda com os estudos culturais, que vêm a reverberar a discussão acerca do pertencimento dos sujeitos a esses lugares significativos. Entende-se que o indivíduo, no sentido estrito, é, por vezes, dissociado, forjando-se na ideia de sujeito, ou seja, aquele que pratica a ação de assujeitamento, outrora, inserindo-se no processo da ação. Para Stuart Hall (2020, p. 18):

É agora um lugar-comum dizer que a época moderna fez surgir uma forma nova e decisiva de *individualismo*, no centro da qual erigiu-se uma nova concepção do sujeito individual e sua identidade. Isso não significa que nos tempos pré-modernos as pessoas não eram indivíduos, mas que a individualidade era tanto "vívida" quanto "conceitualizada" de forma diferente. As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais.

Tal movimento de pertencimento, através do entendimento de que as culturas fazem parte de um território maior enquanto civilização, é, portanto, parte de um todo. A partir de sua existência, levam à convivência, e, por isso, à necessidade de um processo de educar os sujeitos para compreender as manifestações culturais, desde as origens até as transformações, bem como as formas que fazem a resistência a partir de certas matrizes étnicas e o apagamento de outras culturas. O que se visualiza é:

A espetacularização da cultura, os processos de alienação impostos pela globalização, a desvalorização das culturas locais, a dificuldade de acesso aos patrimônios culturais etc., evidenciam a necessidade de se efetivar ações que busquem aproximar os indivíduos aos bens culturais, para quem possam desvelar, sentir, conhecer, se apropriar, conviver e usufruir dos patrimônios culturais que compreendem seu território mais próximo (FRANCO, 2019, p. 29).

As casas de memória são um dos maiores exemplos, lugares nos quais podemos encontrar amostras de inúmeras matrizes étnicas que se tornam significativas para aqueles que ali habitam. Em alguns casos, esses lugares museais atendem a interesses particulares, mas em grande parte remetem à coletividade, justamente por serem espaços significativos e trazerem as memórias à tona. São testemunhos da história, ao mesmo tempo, participantes de narrativas que tornam caros esses elementos para os sujeitos. Pois,

Na argumentação de Benjamin, aquilo que a nova museologia chama de dessacralização pode ser entendida como um processo da era pós-aurática. [...] A aura corresponde à face sagrada de toda a obra de arte de um determinado período, por isso, entende-se como era pós aurática o momento em que a sacralização das obras deixa de ser predominante (SOUZA; SOUZA, 2019, p. 249).

Para isso, o trabalho realizado por Walter Benjamin traz-nos a ideia de retirada do museu como uma forma de desacralização da aura dos objetos. Tal qual configura o processo pós-aurático, o que se entende é que nem tudo que está dentro/fora do museu é levado em

conta enquanto valor patrimonial, cultural ou de memória. Há elementos que estão fora da casa de memória, assim como em lugares abertos, que também promovem a interação entre sujeitos, logo, também narram histórias e elementos que se tornam parte da narrativa de populações e seu imaginário. Diante disso,

Na produção do discurso expositivo nos museus, profissionais de várias áreas de conhecimento com seus próprios discursos, participam da definição do que será selecionado como conhecimento final a ser apresentado para o público. Nesse processo, os agentes envolvidos também definem como o conhecimento será exposto e, desse modo, os discursos das diferentes áreas estabelecem relações entre si com a finalidade de tornar esse conhecimento compreensível pelo público (MARANDINO, 2015, p. 699).

Para elaborar a inserção de aspectos que contam a história dentro das casas de memória, logo nos deparamos com elementos que mesclam várias áreas, que passam desde o patrimônio à memória, às narrativas, à cultura, à própria historiografia, elementos tanto materiais quanto imateriais, que compõem os acervos destas casas. Com eles dispostos aos sujeitos, compreendemos que acabam reverberando um discurso, uma fala de determinados grupos, e assim a história passa a ser contada para os visitantes. Portanto,

A educação deve consistir em diluir a liberdade de vontade do indivíduo num terreno disposto para “cultivar e fecundar”. A relação visível do saber entre jardins e museus é explicada pelo arqueólogo do saber através da multiplicação das espécies como se fossem maravilhas acumuladas nos expositores de um museu. A sua representação tende a aproximar-se à exposição de catálogos repetitivos de objetos já virtualmente classificados e portadores de sua própria identidade quanto a formas, número, disposição, grandeza e qualidade. O privilégio do olhar, o que se depara nestes teatros do conhecimento, não é a vontade de saber, mas uma nova maneira de vincular as coisas simultaneamente ao olhar, ao discurso e à norma (ALMEIDA, 2012, p. 47).

Não há intenção, tão pouco formas que venham a descolar o processo de preservação desses acervos, coleções, patrimônios de uma realidade que se forja a entender a história narrada pelos objetos. Lembramos que os processos externos, não apenas institucionalizados, mas as formações das cidades, a exemplo, também vêm a configurar um processo de educar o olhar, a transição, a própria forma de vivenciar os espaços, como interagir neles e com eles. Pois as formas de comunicação do patrimônio se apresentam a partir de múltiplas facetas e contemplam inúmeros olhares, de diferentes grupos sociais.

Sob esse prisma, a coerência basilar em um estilo sugere que ele seja respeitado como unidade, afastando-se do uso utilitário das partes mais visíveis da edificação dissociadas das demais. Isso se aplica às obras de reciclagem, onde muitas vezes só a fachada e outros elementos mais visíveis da edificação são preservados. Alteram-se os demais, principalmente no espaço interno, garantindo a manutenção da imagem visual externa associada ao passado ou à representação revelada pelo caráter distintivo. Contudo, há muitos exemplos, na arquitetura consagrada ou cotidiana, de dissociação entre fachada exterior e o interior de uma edificação (MEIRA, 2008, p. 40).

Muitas vezes, o que está fora ou à margem/borda, enfim, vem a ser colocado no esquecimento, portanto, fadado ao apagamento, tanto da sua materialidade quanto a própria imaterialidade, por fim, levando-o à extinção. Esses processos são recorrentes no que tange os diversos elementos culturais das mais variadas matrizes presentes em nosso Estado-Nação. Compreendemos que durante um longo tempo estilos de vida vieram a ser perpetuados em detrimento de outros. Como exemplo se tem:

Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo. Aqui estou me referindo ao exemplo de certos europeus com origens rias colônias. A memória da África, seja dos Camarões ou do Congo, pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento (POLLAK, 1992, p. 3).

Tais manifestações podem vir a ser explicadas como formas de dominação, colonização e imposição, a partir de um projeto maior, de um sistema socioeconômico, ou, até mesmo, por uma mentalidade, a qual visa forjar uma produção de sujeitos alinhados a formas de consumo e estilos de vida. É o caso que podemos citar do território chamado terceiro mundista³, categorizado, classificado e rotulado por uma referência que remete ao colonialismo. O que vem dar significado às diversas manifestações, logo são trazidas por Pollak (1989) como apropriação desses espaços de memórias:

³ Tal terminologia refere-se ao Terceiro Mundo, um conceito completamente taxativo e que rotula países sul-americanos como atrasados, com baixos índices de desenvolvimento, e coloca nações como Estados Unidos com um padrão de país de ponta, tendo para trás outras potências, frutos da polarização, como a União Soviética.

Embora na maioria das vezes esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Encontramos com mais frequência esse problema nas relações entre grupos minoritários e sociedade englobante (POLLAK, 1989, p. 7).

Entre processos de dominação, exclusão de matrizes, assim como o deslocamento de sujeitos, por sua vez, acabam-se excluindo indivíduos dessas narrativas nas quais se produzem, através de materialidades e imaterialidades, o patrimônio cultural. Compreendemos, portanto, que o patrimônio é produto de um campo de disputas e que há aqueles agentes que têm menos poder de deixar vestígios, atuar no campo social, além de protagonizar as narrativas de grandes feitos, acabam por ser descolados, ocultados, sendo sujeitados ao processo de apagamento de suas memórias. Enfim,

O flâneur estava fora de casa. No entanto sentia-se, em todo lado, na sua própria casa. Ele podia ver e sentir o mundo. Podia estar no centro dele, mas ainda assim, sorrateiramente, conseguia permanecer oculto e insubordinado às estruturas automáticas de classificação (SATURNINO, 2012, p. 3).

Aquele que não habita um lugar, que não possui uma origem, ou, muitas vezes, tenha se desvinculado dela, de forma que a própria aderência a um grupo, classe, família, enfim, denota um vazio, uma eterna busca por sentidos; por fim, passa a fazer parte dessa grande paisagem que são as cidades. Isso ocorre principalmente em grandes centros urbanos: desde os primórdios, o andarilho⁴, o flâneur, ele, por si só, possui um conhecimento, aquele vivenciado, assistido, e que presencia os acontecimentos nesse grande palco configurado como cidade.

Além das intempéries sociais e do futuro sombrio que aguardava os habitantes das grandes cidades, é preciso considerar sua característica de protesto contra a industrialização e a massificação, como veremos mais adiante. O flâneur desafia o tempo de produção capitalista e é por esse motivo que também é visto como um fútil, um vagabundo, assim como eram vistos os tipos da boêmia (BIONDILLO, 2014, p. 21).

⁴ Aqui trazemos o ponto de vista daquele que, mesmo estando à margem da sociedade, por inúmeras questões sociais, que sofre essa vulnerabilidade, também possui uma experiência enquanto interação com esses espaços públicos, sendo testemunha e presenciando a coletividade, algumas vezes, participando das narrativas e eventos urbanos.

No entanto, figuras assim se fazem presentes em elementos que se descolam da narrativa tradicional, que é marcada por grandes vultos, que remetem a uma memória coletiva de grupos sociais. Tais elementos históricos vêm a representar um ato de subversão ao pré-estabelecido, mostrando que muitas vezes tem sua história e que se destacam extrapolando muros, portas, caixas, além de casas de memória que contam uma narrativa que participa da elaboração de um contexto vivenciado.

Considerações finais

Ao conjugar os estudos culturais com as questões de memória, patrimônio e identidade, logo, podemos entender que os sujeitos são frutos do entrelaçamento desses elementos, entre outros processos sociais. Passam a forjar-se a partir de elementos que demonstram como a cultura se encontra nas diferentes épocas. Portanto, observamos um deslocamento desse presente que traz a todo momento elementos do passado, seja nas casas de memórias, as quais chamamos de museus, dos mais diversos presentes afora, bem como os espaços urbanos que narram suas histórias e acontecimentos coletivos.

Contemplamos e partilhamos da ideia que a educação tem papel fundamental nesse processo, através de uma prática escolar formal ou informal, lembrando que o acesso deve ser a todos, pois a diversidade de públicos, de sujeitos, educandos têm a sua realidade. Para fortalecer esses laços de pertencimento é necessário transitar, interagir e também sentir-se parte desses territórios. Mesmo culturas subalternizadas acabam encontrando espaços de manifestação, fazem-se ouvir a duras penas, no entanto, em sua maioria são vítimas do apagamento, ficando soterradas pelas identidades hegemônicas, centradas em pensamentos de dominação.

A desconstrução desse processo colonizador passa pelas pedagogias que viemos a defender. Além da visibilidade, que mesmo em meio às fissuras do processo encontram resistências, há aqueles dispostos a trabalhar em favor do diálogo e desse câmbio cultural, pois essa diversidade é que elabora o que somos hoje enquanto habitantes de espaços coletivos. Idealmente, a sociedade e suas instituições passariam a não ser mais um campo de disputas, concorrências, em embates, mas sim de cooperação uns para com os outros, logo, acreditando nessas trocas há saberes e processos de inserção que desenvolvem uma sociedade de interação, de forma a possibilitar a emergência dessas memórias através do patrimônio.

No mais, entendemos que por muito tempo a historiografia foi marcada por grandes feitos, eventos, marcos de vultos heróicos, de atos de bravuras e líderes, cujas massas estavam

por de trás dos bastidores. Essas visões são comumente reproduzidas, mas outras veredas são abertas e mostram o papel importante de se atentar às descontinuidades, olhar para aqueles que se encontram à margem, contando histórias que não sejam centradas em apenas um herói, no grande personagem, mas também nos anônimos, nos anti-heróis, até mesmo, em andarilhos do cotidiano, afinal, também presenciam a realidade, não apenas como espectadores, mas trazem consigo uma narrativa ímpar.

Em tempo, concluímos que é possível encontrar espaços para o debate, onde seja recebido de maneira acolhedora, porém, pelo passado e pela história do nosso país, há muito o que ser trabalho, até mesmo olhando para o tempo recente. Levar tal discussão para a educação básica torna-se uma tarefa de resistência, que exige romper barreiras, pois não há uma recepção por parte de todas as instituições, afinal, muitas atendem a interesses de grupos com posições e ideias bem definidas. Ainda mais se somadas a uma precarização do trabalho dos docentes, que encontram entraves na prática de extrapolar os muros da instituição, contudo, é necessário ao menos abrir o diálogo em sala de aula, e, quando possível, em espaços não-formais de educação, a fim de mostrar aos educandos a diversidade presente em nosso território, sendo eles parte dessa composição.

O debate em torno de como se educar pelo patrimônio vem a admitir que as memórias possam servir para ensinar os sujeitos para as mais variadas formas de manifestações culturais. Um debate que se torna, portanto, necessário e contemporâneo para as sociedades atuais, principalmente no que se refere à América Latina, que em muito tempo sofreu ações de colonização ações violentas, pondo à margem o protagonismo das diversas etnias.

Referências

ALMEIDA, Antonio Manuel Passos. Epistemologia do conhecimento em Michel Foucault: os museus e as suas coleções. In: SEMEDO, Alice; MACHADO, Célia; TEIXEIRA, Mariana Jacob (org.). **Ensaios e práticas em museologia**. Porto, v. 2, p. 37-56, 2012.

BIONDILLO, Rosana. **Walter Benjamin e os caminhos do flâneur**. 2014, 142 f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Universidade federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, 116 p.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora USP, 2019, 385 p.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, 219 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2017, 282 p.

FRANCO, Francisco Carlos. **Educação, patrimônio e cultura local: Concepções e perspectivas pedagógicas**. Curitiba: Editora CRV, 2019, 141 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020, 58 p.

JOHN, Nara Marlei. **Identificação, valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural**. Curitiba: Appris, 2021, 74 p.

MARANDINO, Martha. Análise sociológica da didática museal: os sujeitos pedagógicos e a dinâmica de constituição do discurso expositivo. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 695-712. jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/9zLb84f7RnGgQPb7FGGGf4G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: Atribuição de valores e critérios de intervenção**. 2008, 483 f. Tese (Doutorado em planejamento urbano e regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: A sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014. 88 p.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2017, 90 p.

SATURNINO, Rodrigo. O último suspiro do flâneur. **Biblioteca online de ciências da comunicação**. Portugal, p. 1-10, 2012.

SOUZA, Gabriela; SOUZA, Manoela. A dessacralização em jogo: um diálogo entre Walter Benjamin e a nova museologia. **Anais do SEFIM**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 249-250, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40368847/A_dessacraliza%C3%A7%C3%A3o_em_jogo_um_di%C3%A1logo_entre_W_Benjamin_e_a_nova_museologia_resumo. Acesso em: 2023

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007, 464 p.

Recebido em: 30 de julho de 2023

Aceito em: 21 de outubro de 2023
